

ANÁLISE DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DE TRÊS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO NO VALE DO MUCURI, MINAS GERAIS

Daniel Ferreira Silva

Zootecnista, M.Sc em Extensão Rural, Prof. do Deptº Agronomia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
Campus JK - Diamantina/MG Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Alto da Jacuba Telefone: +55 (38) 3532-6000. E-mail:
daniel@ufvjm.edu.br

Fábio Luiz de Oliveira

Lic. em Ciências Agrícolas. D.Sc Fitotecnia. Prof. Deptº Produção Vegetal do centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal
do Espírito Santo. Alto Universitário, s/nº - Cx Postal 16, Guararema - 29500-000 Alegre-ES. E-mail: fabio.oliveira@cca.ufes.br

Eva Aparecida da Silva

Graduada em Ciências Sociais; D.Sc. em Educação; Prof. da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas da Universidade
Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Campus do Mucuri - Teófilo Otoni/MG. Rua do Cruzeiro, nº 01 - Jardim São Paulo -
CEP 39803-371 Telefone: +55 (33) 3522-6037. E-mail: evasilva5@hotmail.com

Resumo - O presente artigo se propõe a realizar uma análise sistêmica da dinâmica produtiva de três comunidades remanescentes de quilombos na região sudeste do município de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais, por meio da utilização da metodologia de Diagnóstico dos Sistemas Agrários (DAS) junto às comunidades: *Córrego Novo*, *Cama Alta* e *São Julião*, situadas respectivamente a 40, 45 e 83 quilômetros da sede municipal. Para tanto, delimitamos o referencial teórico a conceitualização da Agricultura Familiar a fim de destacar desta categorização a perspectiva de ação das comunidades agrícolas remanescentes de quilombos, a partir do qual destacamos a importância do Estado no processo de fomento à produção agrícola e promoção socioambiental do campo brasileiro, em seguida definimos os parâmetros teóricos da análise sistêmica na qual o presente trabalho foi alicerçado. Por fim, concluímos que existe a necessidade de implantar estratégias de desenvolvimento rural sustentável que levem em consideração a geração de renda e respeito ao meio ambiente sob três aspectos: a diversificação produtiva, segurança alimentar da família e a produção de artesanatos.

Palavras Chave: Quilombolas, Agricultura Familiar, Políticas Públicas.

ANALYSIS OF AGRARIAN SYSTEMS IN THREE QUILOMBO REMAINING COMMUNITIES IN MUCURI VALLEY, MINAS GERAIS STATES

Abstract - This article proposes to conduct a systemic analysis of the productive dynamics of the three quilombo remaining communities in southeastern city of Teófilo Otoni, Minas Gerais State, through the use of the methodology Agricultural Diagnostic Systems (ADS) at the communities: *Córrego Novo*, *Cama Alta* e *São Julião*, situated respectively 40, 45 and 83 km of the municipal headquarters. To this end, delimited the theoretical conceptualization of family farming in order to highlight the perspective of categorization of action of quilombola farm, from which we highlight the importance of the state in the process of promoting agricultural production and promoting social and environmental family farming, then we define the theoretical parameters of systemic analysis on which this work was based. Finally, we conclude that there is a need to implement sustainable rural development strategies that take into account the generation of income and respect for the environment in three aspects: the diversification of production, household food security and production of handicrafts.

Key words Black Communities, Family Agriculture, Public Policies.

INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro apresenta uma diversidade de sistemas agrários, ambientes físicos, agroecossistemas, etnias, culturas, relações sociais, padrões tecnológicos, recursos naturais, formas de organização social e política, simbologias e linguagens. Essa diversidade faz com que nos deparemos com uma simplificação das formas de agricultura em duas configurações: a patronal e a familiar. Sendo a primeira fundamentada na monocultura e no latifúndio, que não raro trás consigo degradação ambiental, exploração do trabalho agrícola, exclusão social e concentração da terra e da renda. A segunda procura estabelecer sistemas de produção focados na valorização do trabalho familiar e na produção de alimentos para o próprio consumo e indispensáveis à segurança alimentar e nutricional da população em geral. Além disso, pelas suas características, propicia à democratização do acesso a terra e aos demais meios de produção, contribuindo desse modo para o desenvolvimento rural de modo sustentável.

A partir deste recorte da Agricultura Familiar observa-se a existência de diversos públicos como quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, etc., logo, o que há de comum em todas elas é a perspectiva de suas atividades estarem vinculadas ao setor primário, além da aproximação com núcleos urbanos. Numa mesma categoria de produtores é possível identificar essa diversidade pela forma de acessar o crédito rural e as políticas públicas, os recursos naturais que disponibilizam e o grau de organização. (INCRA/FAO, 1999).

Por tanto, observa-se que a análise da atividade agrícola torna-se bastante complexa, por combinar diferentes recursos à disposição do produtor com um diversificado conjunto de práticas agrícolas. Dentro desse contexto também estão inseridas as comunidades negras rurais ou remanescentes de quilombo que são todas aquelas que possuem “história própria, dotada de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Instrução Normativa 49, INCRA). Para se constituir enquanto comunidade negra, não há necessidade de que estas se apresentem com a noção de quilombo histórico, ou seja, reduto de escravos fugitivos, pois muitas delas se constituem a partir do processo migratório de seus membros de uma região para outra, em virtude da seca e em busca de melhores condições de vida, e com isso abrem posse em novas terras.

Muitos destes grupos “se mobilizam ou são mobilizados por organizações sociais, políticas, religiosas, sindicais etc., em torno do auto-reconhecimento como um outro específico, podendo apresentar todas ou algumas das seguintes características: definição de um etnônimo, rituais ou religiosidades compartilhadas, origem ou ancestrais em comum, vínculo territorial longo, relações de parentesco generalizado, laços de simpatia, relações com a escravidão, e, principalmente, uma ligação umbilical com seu território, etc. (MARQUES, 2010, p.07).

Essas comunidades se tornam sujeitos de direitos (fundiários e, de forma mais geral, “culturais”) com o Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais e Transitórias, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que prevê: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988). A maioria não possui uma documentação legal que reconheça a propriedade de suas terras.

Os conflitos relacionados à posse da terra são um dos maiores problemas enfrentados por estas comunidades, sendo freqüente a tentativa de tomada dos territórios quilombolas, seja pela ação dos latifundiários do entorno, seja pela instalação de empreendimentos econômicos (usinas hidroelétricas, mineradoras, dentre outros), etc. Somada a essa problemática estão: a ausência ou precárias condições de saneamento básico, energia, transporte; dificuldade de acesso à saúde, à educação, ao emprego e à renda; perda da identidade cultural; limitadas condições de produção agrícola; morosidade no processo que leva ao título de suas terras; dentre outros.

Considerando esta complexidade, e partindo da utilização da metodologia de diagnóstico de sistemas agrários realizou-se um trabalho de pesquisa no município de Teófilo Otoni, no estado de Minas Gerais com o objetivo de caracterizar o Sistema Agrário de três comunidades remanescentes de quilombos a partir da identificação de suas características.

Assim, a partir desta caracterização procurou-se com este trabalho compreender a conjuntura na qual estas comunidades estão inseridas, por meio da identificação de suas potencialidades e limites dos ecossistemas e da infraestrutura local, além dos agentes que interferem na produção agrícola e como eles agem a fim de contribuir para a elaboração de linhas estratégicas do desenvolvimento rural destas comunidades, junto aos agentes locais e regionais.

REFERENCIAL TEÓRICO GERADOR DA PESQUISA

O conceito de agricultura familiar é relativamente recente no Brasil. Antes da conceituação da Agricultura Familiar, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e, antes, ainda se utilizava o termo camponês. Em linhas gerais, os empreendimentos familiares têm duas características principais: eles são administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Vale ressaltar que: a gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar. Podemos destacar, também, que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social (DENARDI, 2001).

De acordo com Melo *et al.* (2005), definir agricultura familiar pelo tamanho de terra e número de trabalhadores contratados na unidade rural foi uma forma

utilizada pelos órgãos de planejamento, reforma agrária e desenvolvimento rural do Brasil, principalmente para fins de estatística e financiamento. Porém, de uma forma geral pode-se considerar que a agricultura familiar está relacionada a diversos aspectos ligados à família, ao trabalho, à terra e ao ambiente, que extrapolam limites numéricos, são associados a matrizes culturais e dificultam uma definição precisa e ampla.

Estudos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), baseados no Censo Agropecuário 2006, revelam que do total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários, no Brasil, 84,45% pertencem à agricultura familiar, mas ocupam apenas 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor total da produção. Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros.

Os dados do IBGE apontam também que em 2006, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo.

Outro resultado positivo apontado pelo Censo 2006 é o número de pessoas ocupadas na agricultura: 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar (74,4% do total de ocupados no campo). Ou seja, de cada dez ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar que emprega 15,3 pessoas por 100 hectares.

Segundo Assad *et al.* (2004, p.04), outro dado revelador diz respeito à renda total por hectare, demonstrando que a agricultura familiar é muito mais eficiente que a patronal, em todas as regiões brasileiras, produzindo uma média de R\$104,00/ha/ano contra apenas R\$44,00/ha/ano dos agricultores patronais.

Os dados do Censo de 2006 demonstram que a agricultura familiar continua na frente da patronal, produzindo R\$ 515,00/ha/ano contra apenas R\$ 322,00/ha/ano dos agricultores patronais, apesar de a agricultura familiar ocupar uma área bastante inferior à agricultura patronal.

Assim, frente às questões de segurança alimentar e de uso da mão-de-obra a Agricultura Familiar se destaca como melhor opção para estratégias públicas de delineamento de ações para o Desenvolvimento Rural, portanto esta aproximação entre o viés econômico e socioambiental na qual este público está imbricado no trás a prerrogativa da importância do Estado como indutor deste processo.

O Estado e a agricultura

Levando em consideração a importância da atividade agrícola, torna-se condição *sine quo non*

destacar como pautas de discussões o fato de assegurar a sociedade de mecanismos contra eventuais crises alimentares, tornando este processo um dos principais objetivos dos governos. Logo, a questão que se coloca é saber se a nação deve satisfazer, por si só, todas as suas necessidades alimentares. É fato reconhecer que a questão é determinante na escolha entre o incentivo à produção de alimentos destinados ao mercado interno ou a uma especialização agroexportadora que tire proveito das “vantagens comparativas” dos ecossistemas nacionais, em relação ao mercado mundial (DUFUMIER, 2010, p.17).

Cabe destacar que as intervenções do Estado na esfera agrícola não são motivadas somente pela vontade de orientar as escolhas de produtos ou de processos técnicos, mas visam também à distribuição das riquezas criadas pelos agricultores entre as diversas classes, camadas e categorias sociais que constituem a nação. Com efeito, a política agrícola dos governos está sempre inserida no contexto mais geral de uma política de rendas (DUFUMIER, 2010, p.18).

Apesar de não ser do agrado de numerosos autores de programas de ajustamento estrutural, a proteção da agricultura dos países mais pobres é hoje uma condição absolutamente necessária para que o campesinato do terceiro mundo possa interromper o movimento atual de descapitalização e tentar, ao contrário, reequipar as suas unidades produtivas (DUFUMIER, 2010, p.33).

A partir deste pressuposto entende-se que será conveniente ampliar e renovar as formas de intervenção “por projetos”, a fim de que os recursos emprestados sejam cada vez mais diretamente utilizados para fins produtivos (DUFUMIER, 2010, p.35).

Os programas e projetos de desenvolvimento agrícola ainda continuarão sendo uma forma privilegiada de intervenção dos Estados no mundo rural. Mas os Estados e as agências de financiamentos deverão estar ainda mais vigilantes para que sejam evitados os erros e desperdícios tão freqüentemente observados nas experiências anteriores (DUFUMIER, 2010, p.37).

Segundo Dufumier (2010, p.42), os projetos de desenvolvimento agrícola caracterizam-se, em primeiro lugar, por ações destinadas a permitir e favorecer a implantação de novos sistemas de produção conforme os objetivos econômicos e sociais estabelecidos: segurança alimentar, geração de divisas, fornecimento de matérias-primas agrícolas às indústrias, criação de empregos, aumento e redistribuição de rendas, organização do espaço, etc.

Assim, de acordo com Dufumier (2010) as diferentes agências de financiamento têm ditado certo número de regras em matérias de concepção, execução e avaliação de projetos. A identificação é a etapa inicial durante a qual são definidos os principais objetivos econômicos e sociais a serem perseguidos e são identificadas as diferentes opções ou alternativas para atingi-los. Na Elaboração o objetivo essencial é estudar mais detalhadamente as diferentes opções identificadas, além de fazer a avaliação econômica das vantagens e

inconveniências de cada uma delas, a fim de preparar as posteriores tomadas de decisão. Ela se baseia numa análise-diagnóstica das situações agrárias e do desenvolvimento agrícola em curso nas diferentes regiões consideradas. A próxima etapa é a Tomada de Decisão em geral, essa fase fica a cargo do poder político que deve decidir executar, ou não, toda ou uma parte de cada um dos projetos que foram elaborados, e escolher entre as diferentes variantes apresentadas. A quarta etapa é a Instalação dos Equipamentos, ou seja, a execução dos projetos começa logicamente por uma fase de investimentos durante a qual as infra-estruturas são construídas e os materiais necessários ao seu funcionamento são adquiridos. A quinta etapa é o funcionamento do projeto propriamente dito, nesta fase a gestão dos projetos de desenvolvimento agrícola consiste em fazer com que as diferentes categorias de agentes econômicos possam, contudo, operar cada uma delas de acordo com os objetivos gerais estabelecidos nos projetos. A sexta etapa é a Liquidação, ou seja, uma vez os projetos tenham chegado ao seu final, pode não ser mais necessária a intervenção do Estado, especificamente, para que se viabilize a consecução dos objetivos inicialmente estabelecidos. Por fim cabe destacar a importância de se privilegiar a flexibilidade e evitar o formalismo, pois ao longo do processo as ações terão que ser necessariamente recompostas conforme os resultados parciais alcançados.

Para Dufumier (2010, p.54), os projetos não poderiam ser completa e definitivamente formulados com base apenas num diagnóstico inicial, mas convém, ao contrário, prever a possibilidade de que as intervenções em curso sejam reformuladas com base num diagnóstico permanentemente afinado com as ações. Logo, os projetos devem ser concebidos e executados de modo que estejam sempre encadeadas as etapas do diagnóstico, inovação, experimentação, adaptação, demonstração, extensão, avaliação e, novamente diagnóstico, inovação e assim por diante.

Sistemas Agrários

A caracterização do sistema agrário de um país, região, município ou localidade rural é geralmente realizado através da utilização de uma metodologia fundamentada em conceitos elaborados a partir do enfoque sistêmico. A utilização dessa metodologia para caracterizar uma determinada realidade justifica-se na medida em que os conceitos trabalhados nessa metodologia podem explicar os mecanismos internos que orientam e condicionam o contexto agrário dessa realidade (NEUMMAN & FIALHO, 2009, p.07).

Analisar e explicitar um objeto complexo em termos de sistema é, em primeiro lugar, delimitá-lo, [...], traçar uma fronteira entre esse objeto e o resto do mundo; em particular, distingui-lo dos outros objetos que, sendo da mesma natureza, são, ao mesmo tempo, diferentes o bastante para serem considerados como pertencentes à outra espécie do mesmo objeto; é, portanto, em última

instância, classificar. Do mesmo modo, para diferenciar as múltiplas formas atuais [...] da agricultura, é necessário delimitar a sua distribuição geográfica e, portanto, classificá-las em tantas espécies (ou sistemas) quanto necessárias.

Analisar e explicitar um objeto em termos de sistema é também estudar a sua dinâmica de evolução através do tempo e as relações que esse sistema mantém com o resto do mundo nos seus diferentes estágios de evolução. Para estudar a evolução no tempo das várias formas passadas da agricultura [...] é preciso classificá-las em etapas e espécies (ou sistemas) [...] (INCRA/FAO, 1999, p.10).

Por fim, observa-se que várias são as formas de analisar as realidades agrárias, privilegiando os aspectos econômicos, sociais e antropológicos ou o meio físico. Algumas dão ênfase aos dados quantitativos, outras aos dados qualitativos. Entretanto, como vimos anteriormente, a evolução de cada tipo de produtor e de cada sistema de produção é determinada por um conjunto complexo de fatores ecológicos, técnicos, sociais e econômicos que se relacionam entre si. A permanência ou o desaparecimento de um determinado tipo de produtor depende da sua capacidade de se adaptar às mudanças, ou seja, em última instância, de seus resultados econômicos. São essa complexidade, essa história e essa diferenciação que cabe entender (INCRA/FAO, 1999, p.10).

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado a partir do método de análise do Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA). Para tanto o nosso objeto de estudo delimita-se ao município de Teófilo Otoni, no estado de Minas Gerais, mais especificamente a parte sudeste do município, também conhecida pelo nome das comunidades pré-identificadas como remanescentes de quilombo: *Córrego Novo*, *Cama Alta* e *São Julião*, situadas respectivamente a 40, 45 e 83 quilômetros da sede do município.

A proposta metodológica vislumbra evidenciar por meio de etapas progressivas no sentido geral para o particular conforme destacado por Mazoyer & Roudart (2001), a partir da concepção da interrelação entre o fenômeno observado e a sua perspectiva histórica a fim de facilitar a sua explicação.

O Diagnóstico dos Sistemas Agrários trata também de construir conjuntos homogêneos e contrastados dos sistemas produtivos, a fim de facilitar a observação da realidade por meio de sua estratificação.

Fundamentalmente o uso do método está alicerçado sobre três pilares, sendo o primeiro a realização de uma leitura da realidade que possibilite a identificação das diferenças dos sistemas produtivos e diferenciação dos agricultores, o segundo é a utilização da metodologia do enfoque sistêmico para identificação dos sistemas agrários e dos sistemas produtivos das unidades de produção agrícola e, por fim, o último fundamenta-se na relação da

ação proposta com o público envolvido por meio da concepção educativa dos processos.

As etapas para realização deste trabalho são duas, sendo elas o diagnóstico do Sistema Agrário das três comunidades propriamente dito, seguido da identificação das principais características dos sistemas produtivos das propriedades que compõem estas comunidades. Cabe destacar que o método descrito por Dufumier (2010) não

se restringe a estas duas etapas, contudo neste trabalho procurou-se destacar principalmente a análise do Sistema Agrário, tanto na perspectiva regional como na microrregional.

A proposta metodológica pode ser melhor visualizada na Figura 01, que esquematiza as etapas propostas na metodologia deste trabalho.

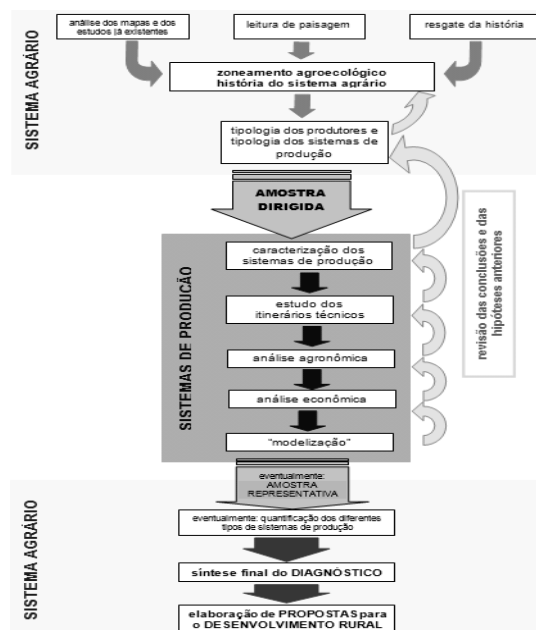


Figura 01: Metodologia de Diagnóstico de Sistemas Agrário (DSA) proposta pelo INCRA/FAO (1999, p.13).

Conforme observado, o Guia Metodológico para Diagnóstico dos Sistemas Agrários do INCRA/FAO (1999) pressupõe alguns passos para realização do trabalho. A primeira etapa é a análise global da região onde será realizada a coleta e o tratamento dos dados já existentes, análise da paisagem e o mapeamento das condições naturais, históricas e socioeconômicas. A segunda etapa consistirá no mapeamento dos sistemas de produção, na qual capte toda a diversidade encontrada na região, principalmente aquelas referentes às tipologias dos sistemas de produção. A terceira etapa consistirá na caracterização dos sistemas de produção propriamente ditos, onde serão identificadas amostras destas tipologias de forma não aleatória, ou seja, será dada ênfase a moda existente, em seguida procurar-se-á identificar a forma de gestão e tomada de decisão, além dos recursos disponíveis para condução das diferentes atividades produtivas, estas últimas serão a unidade de análise final de todo o processo. A quarta e última etapa será a avaliação agrônoma do sistema de produção, a partir das relações entre cada subsistema a fim de identificar a reprodução da fertilidade e os fluxos de produtos e de subprodutos, as relações de sinergia ou de concorrência e as imposições do entorno socioeconômico.

Por fim, é válido destacar que os instrumentos utilizados na pesquisa de campo foram as entrevistas

semi-estruturadas orientadas por roteiros com questionamentos abertos. Contudo, os conceitos que estão em discussão neste trabalho sobre a tipologia dos agricultores e sistemas de produção, podem e são questionáveis em virtude de se tratar de um primeiro contato com a realidade local que tenta romper com o conceito instrumental de dividir os agricultores pragmaticamente em pequenos, médios e grandes produtores, uma distinção fundamentada na relação entre questão fundiária e gestão da mão-de-obra.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Caracterização Geral do Município de Teófilo Otoni

O município de Teófilo Otoni encontra-se situado no Nordeste do Estado de Minas Gerais, Mesorregião Vale do Mucuri, sendo composto por cinco distritos: Pedro Versiani, Crispim Jacques, Rio Pretinho, Mucuri e Topázio. É considerado o centro macro-regional do território.

O Município apresenta topografia montanhosa, sendo o clima tropical com invernos frios e secos, e verões quentes e chuvosos, a temperatura média da cidade é de cerca de 23°C nos meses de outubro à março. A área geográfica é de 3.247,20 km² e população: 129.076

habitantes (zona urbana: 102.500 e zona rural: 26.576 habitantes), com densidade demográfica de 39,3 hab./km² e IDH 0,796 (IBGE, 2008).

Teófilo Otoni possui uma diversidade étnico-cultural expressiva, visível na significativa presença de uma população majoritariamente negra (se somados pretos e pardos), além de indígenas, em especial maxacalis. Há também descendentes de colonizadores europeus: portugueses, italianos, espanhóis e alemães.

O PIB do município é de R\$ 1.044.091.096,00, com PIB per capita de R\$ 7.999,41, segundo IBGE (2008). O destaque desse município é o artesanato de pedras preciosas e semipreciosas, comércio diversificado, incluindo feiras de repercussão internacional, recebendo muitos turistas de diversas nacionalidades. No entanto, o comércio agrícola se mantém forte, pelo fato da cidade contar com grandes bairros da zona rural como Lajinha, Cedro, Cabeceira de São Pedro, Alto São Jacinto e demais localidades que são responsáveis pela expansão da agropecuária da região.

Diagnóstico do Sistema Agrário da Micro Região

Comunidade Córrego Novo

A comunidade Córrego Novo apresenta 173 habitantes agrupados em 46 famílias, tem suas terras, em maior porção, em áreas de baixada cortada por um pequeno córrego. O presente córrego encontra-se degradado e sem a composição da mata ciliar, ou seja, cabe nesta questão indicações para projetos de manejo ambiental para recomposição de áreas de reserva ambiental permanente. No entanto, indica-se para se alcançar tal objetivo, duas vias, sendo a primeira a produção de mudas na própria comunidade em parceria com instituições de ensino, ou por meio de acesso às mudas produzidas pelo próprio Instituto Estadual de Florestas – IEF, no entanto cabe destacar a importância de recompor a área com mudas de árvores nativas da região.

Outro fato importante encontrado na comunidade é a ausência de documentos comprobatório de titulação da terra, este fato trás insegurança enquanto ao investimento nos lotes, até mesmo por questões de sucessão. Sob este aspecto será importante ações que aproxime a comunidade dos seus direitos no que se refere ao usucapião e a titulação de terras de remanescentes de quilombo.

A partir do contato com o informante qualificado, foram observadas algumas questões que entravam o desenvolvimento das atividades produtivas na comunidade, como exemplo citaremos o fato dos lotes familiares terem pequena área territorial de no máximo três hectares, o que dificulta a produção agrícola convencional, ou seja, toda e qualquer atividade que não leve em conta o aspecto territorial na região trará impactos negativos tanto na questão ambiental como na social. Por tanto, esta fragmentação induzirá o planejamento das futuras atividades produtivas sob três aspectos: a diversificação produtiva, a segurança alimentar da família

e a produção de artesanatos. A metodologia indicada para condução destas ações é a metodologia participativa, ou seja, há necessidade de que a comunidade se envolva no processo de planejamento, execução e avaliação.

Ainda sob a análise do aspecto fundiário, percebe-se que a comunidade se tornou uma ilha rodeada de fazendas, principalmente produtoras de gado, as quais influenciam diretamente no dia-dia da comunidade, contudo, não é raro observar a contratação de mão-de-obra sazonalmente. Logo, atividades a serem implantadas na comunidade de levar em consideração a disponibilidade de mão-de-obra para tais ações, a fim de possibilitar a implantação das atividades produtivas.

Toda esta questão vinculada à fragmentação das propriedades, o avanço das áreas das fazendas sob a antiga área ocupada pelos primeiros moradores e o aumento cada vez maior de moradores vinculados a atividades não-agrícolas faz aumentar o número de descendentes que se afastam das atividades agrícolas e a aproximação cada vez maior do emprego urbano, destaca-se que este processo não é isolado, ou mesmo contemporâneo, ou seja, ele vem ocorrendo há muito tempo. Logo, as ações de intervenção devem levar em consideração o fato dos moradores terem que associar seu tempo de trabalho ora em atividades agrícolas e ora em atividades não-agrícolas.

No que tange à produção agrícola, a mesma se restringe aos quintais, definindo estes como pequenas áreas de produção ao redor das casas. Observa-se como um ponto positivo nas propriedades a diversificação produtiva dos quintais, com presença de várias culturas e criação de animais, principalmente de aves e bovinos, e que são usados para a manutenção alimentar da família. Dentre os produtos mais produzidos de forma recorrente nas propriedades entraram-se: mandioca (22%), feijão (22%), milho (20%), banana (9%), abóbora (6%) e cana-de-açúcar (5%), além de outras culturas que somadas não passam de 16% nas propriedades mapeadas. Como fonte de renda, via comercialização, somente uma propriedade produz e vende farinha de mandioca. No que tange à produção animal, observa-se que a produção de aves no sistema extensivo é recorrente em 100% das propriedades, tornando-se esta atividade uma importante fonte de proteína animal (carne e ovos).

Comunidade Cama Alta

A metodologia utilizada para identificação da comunidade Cama Alta foi a caminhada com o informante qualificado e durante o percurso nos foi informado que a comunidade possui 113 habitantes agrupados em 35 famílias. Durante o percurso, observou-se que a comunidade apresenta poucas áreas planas e quando existentes estas são baixadas, por outro lado há uma maior porção de áreas de declive, inclusive, possivelmente acima de 15 graus. Ao percorrermos o trajeto não foi observado estratégias de proteção das áreas de declive, possivelmente por se tratar de pequenas áreas que precisam ser utilizadas para produção, o que dificulta a

manutenção das áreas de preservação. Cabe destacar que na região possui duas nascentes, importantes para o abastecimento da comunidade. Observou-se a existência de um córrego que circunda a área de baixada, que está degradado, ou seja, sem mata ciliar.

Toda a comunidade demanda de um processo de demarcação de área e licenciamento das áreas de reservas, principalmente no entorno das nascentes importantes para o abastecimento. Seria importante também o levantamento, por meio de um georreferenciamento, da aptidão agrícola para uso do solo de forma sustentável. Observa-se que o sistema produtivo apresenta uma diversidade, sendo que como principais culturas nota-se a mandioca (25%), o feijão (13%) e o milho (11%), além de algumas propriedades com aves e frutas para autoconsumo. Também foi observado que muitos moradores estão investindo na criação de comércios, principalmente em bares, para geração de renda para a família, o que acelera o processo de urbanização da zona rural, embora seja uma boa fonte de Renda Não-Agrícola para as famílias, o que auxilia sua manutenção no meio Rural.

Uma particularidade observada nessa comunidade foi a gleba do senhor Deosino, que trata de um agricultor com formação incompleta de técnico em Agropecuária, e com uma experiência acumulada em cultivos de hortaliças. Na visita a essa propriedade, pode-se perceber que o manejo das lavouras das hortaliças é nos moldes convencionais, apesar de utilizar algumas modificações nos tratamentos fitossanitários, e que, apesar de convencional, trabalha com algumas fontes alternativas de combate a doenças como as caldas, inclusive citada a “calda bordalesa”. Outro fato observado que merece destaque é referente a área de reserva, que não está averbada, além da necessidade de regularização do uso da água por meio da outorga.

Ao percorrer a comunidade foi observado o forte processo de fragmentação da comunidade, além da localização das casas em áreas de encostas, o que tangencia ações governamentais de manejo ambiental das áreas de reservas e na beira das encostas, além do direcionamento das propriedades para produção de atividades agrícolas com alto retorno financeiro e com a utilização de poucos espaços, por exemplo, a produção de hortaliças.

Contudo, o estímulo a criação de novos Arranjos Produtivos Locais via estímulo governamental não deve se restringir ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pois ações que envolvam a organização rural são de fundamental importância, uma vez que a comunidade encontra-se afastada do grande centro de Teófilo Otoni, o que aumentará demasiadamente os custos de transporte da produção e da assistência técnica.

Comunidade São Julião

Das três comunidades analisa a São Julião se destaca frente aos seus 256 habitantes distribuídos em 62 famílias, suas terras estão localizadas em maior parte em áreas de baixada cortada por um pequeno córrego, que sofreu um processo de assoreamento, mas atualmente é manejado de forma mais protecionista. Outra parte da comunidade encontra-se numa região de declive, sendo uma parte explorada pelos moradores e a outra porção situada na cabeceira de uma montanha que está coberta com Mata Atlântica preservada, aliás, uma grande riqueza notada na comunidade.

Vale ressaltar que nesta comunidade foi observado algo peculiar e muito interessante na perspectiva do trabalho coletivo, que foi o mutirão para construção de uma nova casa, fato este que faz transparecer uma necessidade entorno de políticas públicas para fixação do homem no campo, até mesmo no que se refere a reestruturação do sistema fundiário. Pois a construção de mais e mais casas por necessidade intrínseca da família traz consigo também um processo de minifundição e conseqüente empobrecimento do campo, se não forem acompanhados de uma reorganização do sistema agrícola.

Foi observado que nesta comunidade a existência de uma maior interação entorno da busca ao acesso às políticas públicas via Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) vinculado ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE)/Governo do Estado de Minas Gerais e do PRONAF do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Governo Federal, do qual foi adquirido um trator com implementos. Fato este que explicita o patamar de amadurecimento e consciência para acesso a políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura na comunidade. No entanto este fato não exige a necessidade de investimento em ações que fortaleçam o espírito cooperativo para acesso às políticas públicas e mercados para venda dos produtos.

No que tange à geração de renda, observa-se que o sistema produtivo apresenta uma diversidade, sendo as principais culturas: o milho (14%), feijão (13%), e a mandioca (12%). Algumas propriedades possuem culturas frutíferas, mas para autoconsumo, e outras café. Na produção animal a principal cultura é a produção de Bovinos, com a criação de gado mestiço, “Girolando”, usados para o corte e leite, mas com maior ênfase ao corte. Na comunidade ao longo do percurso foram observadas outras criações animais, como: aves, galinhas, patos e gansos para autoconsumo, além da criação de equídeos para o transporte e trabalho.

Cabe destacar a experiência na participação de algumas propriedades junto ao Programa de Venda Direta via prefeitura, também conhecido como PAA. Na experiência relatada nos foi mostrado a parceria para produção de morangas (*curcubitácea*), contudo, apesar da boa produção e geração de renda, com o tempo a produção se desestabilizou devido a dificuldade do escoamento da produção. Aparentemente, este entrave ocorreu por falta de planejamento, pois nos foi relatado que a comunidade

teve dificuldades para o escoamento da produção, principalmente na época das chuvas, uma vez que o caminhão não entrava na comunidade para recolher a produção. Também foi relatado que a produção final estava em quantidades muito acima das demandadas, o que levou a uma perda da produção na lavoura.

As observações realizadas nesta comunidade permitiram identificar um processo mais avançado de organização em relação às outras duas estudadas, ao ponto da comunidade São Julião acessar diversas políticas públicas para investimento na lavoura. A presente comunidade possui uma melhor organização do sistema produtivo, mas percebe-se que há necessidade de investimentos em projetos que preconizam potencializar os recursos produtivos, a fim de melhorar a diversidade produtiva, com enfoque na geração de renda por meio da agregação de valor voltado ao mercado consumidor das grandes e médias cidades próximas.

CONCLUSÃO

Ficou evidente no diagnóstico que as comunidades estudadas apresentam características de comunidade rurais pelas atividades agrícolas desenvolvidas, em caráter de produção para sua subsistência e o excedente para comercialização, ou seja, não se trata de comunidades-dormitório, ou mesmo de periferia urbana.

Cabe ressaltar como sendo uma das principais potencialidades das comunidades a experiência no manejo de sistemas produtivos diversificados, principalmente na interação entre a produção animal e vegetal, o que abre a possibilidade da implantação de propostas que tenham como pano de fundo a diversificação produtiva para acesso a segurança alimentar e a mercados em períodos distintos.

A partir do processo de diagnóstico dos sistemas agrários foi possível identificar o entrave do processo de minifundição abaixo do módulo fiscal municipal, a precariedade de ações para proteção e uso dos recursos naturais: córregos e nascentes, além das áreas com declives acentuados. Essas limitações tornam a atividade agrícola convencional com baixa sustentabilidade socioeconômica e ambiental o que abre a possibilidade da adequação produtiva entorno de processos sustentáveis de produção agrícola.

Por fim conclui-se que existe a necessidade de implantar estratégias de desenvolvimento rural sustentável que levem em consideração a geração de renda e respeito ao meio ambiente sob três aspectos: a diversificação produtiva, a segurança alimentar da família e a produção de artesanatos. Destaca-se que o sucesso destas atividades está atrelado ao processo de discussão e planejamento participativo dentro das comunidades com apoio das organizações governamentais e não-governamentais.

AGRADECIMENTOS

Revista Verde (Mossoró – RN – Brasil) v.6, n.5, p. 25 – 32 dezembro de 2011(EDICAO ESPECIAL)
<http://revista.gvaa.com.br>

À FAPEMIG pelo apoio financeiro ao Projeto “Comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri: conhecer para transformar” executado no período de 2008 a 2010, sob coordenação da professora Eva Aparecida da Silva.

LITERATURA CITADA

ASSAD, M. L. L.; ALMEIDA, J. Agricultura e Sustentabilidade: contexto, Desafios e Cenários. In: *Ciência & Ambiente*, n. 29, 2004. pp.15-30.

DUFUMIER, M. *Projetos de Desenvolvimento Agrícola: manual para especialistas*. Salvador: EDUFBA, 2010. 326p.

DENARDI, R. A. *Agricultura Familiar e Políticas Públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável*. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. v.2, n.3, jul./set. Porto Alegre, 2001.

INCRA/FAO – Instituto de Colonização e Reforma Agrária / Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas. *Guia Metodológico: diagnóstico de sistemas agrários*. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999. 58p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acessado em: 23 de janeiro de 2008.

MARQUES, Carlos Eduardo. *De quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico*. Disponível em: http://www.cedefes.org.br/index.php?p=afro_detalle&id_afro=2224 Acesso em: 11 de agosto de 2010.

MAZOYER, M. & ROUDART, L. *História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. 520p.

MELO, A. P. G.; RIBEIRO, E. M. *Agricultura Familiar e economia solidária: os resultados de experiências coletivas em comunidades rurais e assentamentos do estado de Minas Gerais*. Lavras. Dissertação (MS), PPGA/UFLA, 2005.

NEUMMAN, P.S. e FIALHO, M.A.V. *Sistemas Agrários: apostila do curso de Graduação Tecnológica em Agricultura Familiar e Sustentabilidade*. Santa Maria: CCR/EaD, 2009. (mimeo)

Recebido em 22 08 2011

Aceito em 20 12 2011